

IDEAU

**A GESTÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: TESES E
DISSERTAÇÕES (2020-2023)**

**SCHOOL MANAGEMENT AND SPECIALIZED EDUCATIONAL
SERVICE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: THESES AND
DISSERTATIONS (2020-2023)**

**GESTIÓN ESCOLAR Y ATENCIÓN EDUCATIVA
ESPECIALIZADA EN EDUCACIÓN INFANTIL: TESIS Y
DISERTACIONES (2020-2023)**

Renata Lima Durães Reis

Doutoranda em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, São Paulo,
Brasil. E-mail: renata.limaduraes@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9984-645X>

Ligía de Carvalho Abões Vercelli

Doutora em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, São Paulo,
Brasil. E-mail: vercelli.ligia@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1381-464X>

RESUMO

Entendemos que os gestores têm papel crucial no que se refere à formação dos docentes que atuam diretamente com as crianças com deficiência na escola da primeira infância, para que eles possam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos pequenos, levando em consideração seus ritmos e especificidades. Assim, o presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de teses e dissertações sobre a gestão escolar e o atendimento educacional especializado na educação infantil, publicados nos últimos cinco anos (2020-2023). Para tanto, fizemos uma busca nas plataformas *Scientific Electronic Library* e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Foram utilizados os seguintes trios de descritores: educação infantil, educação inclusiva, formação continuada; educação infantil, educação inclusiva; gestão escolar, totalizando 9 estudos, sendo 7 dissertações, 2 teses e nenhum artigo. Os resultados indicam a importância dos gestores para a busca de soluções do cotidiano, a relevância das trocas de experiência entre os profissionais, o conhecimento, por parte dos profissionais como um todo, das políticas públicas para inclusão. Concluímos que a formação da equipe gestora deva contemplar toda a legislação, para que, de fato, realize um trabalho eficaz junto aos professores.

DOI: 10.55905/reiv5n1-005

Submitted on: 11.20.2024 | Accepted on: 11.21.2024 | Published on: 1.27.2025

Palavras-chave: Gestores. Primeira Infância. Educação Inclusiva. Trabalhos Acadêmicos. Formação Continuada.

ABSTRACT

We understand that managers have a crucial role in training teachers who work directly with children with disabilities in early childhood schools so that they can promote the development and learning of young children, taking into account their rhythms and specificities. Therefore, this article aims to present the results of theses and dissertations on school management and specialized educational services in early childhood education published in the last five years (2020-2023). To do so, we searched the Scientific Electronic Library and the Digital Library of Theses and Dissertations. The following trios of descriptors were used: early childhood education, inclusive education, continuing training; early childhood education, inclusive education; school management, totaling 9 studies, 7 dissertations, 2 theses and no articles. The results indicate the importance of managers in the search for everyday solutions, the relevance of exchanging experience between professionals, and knowledge, on the part of professionals as a whole, of public policies for inclusion. We conclude that the training of the management team must take into account all legislation so that they can actually carry out effective work with teachers.

Keywords: Managers. Early Childhood. Inclusive Education. Academic Works. Continuing Training.

RESUMEN

Entendemos que los directivos tienen un papel crucial en la formación de docentes que trabajan directamente con niños con discapacidad en las escuelas de primera infancia para que puedan promover el desarrollo y el aprendizaje de los niños pequeños, teniendo en cuenta sus ritmos y especificidades. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo presentar los resultados de las tesis y disertaciones sobre gestión escolar y atención educativa especializada en educación infantil publicadas en los últimos cinco años (2020-2023). Para ello se realizaron búsquedas en la Biblioteca Electrónica Científica y en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones. Se utilizaron los siguientes tríos de descriptores: educación infantil, educación inclusiva, formación continua; educación infantil, educación inclusiva; gestión escolar, totalizando 9 estudios, 7 disertaciones, 2 tesis y ningún artículo. Los resultados indican la importancia de los gestores en la búsqueda de soluciones cotidianas, la relevancia del intercambio de experiencias entre profesionales y el conocimiento, por parte de los profesionales en su conjunto, de las políticas públicas para la inclusión. Concluimos que la formación del equipo directivo debe tener en cuenta toda la legislación para que realmente puedan realizar un trabajo eficaz con el profesorado.

Palabras clave: Directivos. Primera Infancia. Educación Inclusiva. Trabajos Académicos. Formación Continua.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a discussão sobre educação inclusiva teve início em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, ao adotar a Declaração de Salamanca, resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece princípios, políticas e práticas para a educação especial. Tal Declaração estabelece que toda criança tem direito fundamental à educação e que possuem características únicas; deve ser designados sistemas educacionais e implementados programas educacionais; a população com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, pautada em uma Pedagogia que coloque a crianças no centro do processo educacional; e que a educação inclusiva nas escolas regulares constitui os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias (Unesco, 1994).

No contexto da educação infantil, esta Declaração estabelece que as escolas inclusivas terão sucesso caso identifiquem e avaliem precocemente as crianças com necessidades educacionais especiais, a fim de promoverem o desenvolvimento físico, intelectual e social e, conseqüentemente, a saúde da criança. Além disso, ressalta que vários países têm adotado políticas em favor da educação infantil, oferecendo apoio às escolas e informação às famílias.

O nosso país apoiou e assinou a Declaração de Salamanca, portanto assumiu o compromisso de transformar os sistemas de educação em sistemas inclusivos, porém, somente nos anos 2000, foi implantada uma política de educação inclusiva. Dentre elas citamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), que estabelece, no artigo 59, que as instituições escolares devem ter currículos específicos, observar o término das etapas de ensino conforme as necessidades das crianças; ter em seu quadro de recursos humanos, professores com especialização em nível médio ou superior, promover educação especial para o trabalho; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais, disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996).

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e define que os órgãos e entidades do poder público devem garantir os direitos básicos das pessoas com deficiência, como: educação, saúde, trabalho, esporte, turismo, lazer, previdência social, assistência social, transporte, habitação, além de edificações e vias públicas funcionais.

No mesmo sentido, o artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes – entre eles, os alunos com necessidades educacionais especiais –, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

No que diz respeito à formação docente, a Resolução CNE/CP nº 1, de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, e define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda em 2002, a Lei nº 10.436/2002, sancionada em 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e estabelece a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de licenciatura, Pedagogia e Fonoaudiologia.

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) implementa o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, cujo objetivo é apoiar a formação de gestores e educadores, transformar os sistemas educacionais em sistemas inclusivos, realizar seminários nacionais de formação de coordenadores municipais e dirigentes estaduais.

Por sua vez, o Ministério Público Federal publica, em 2004, o documento intitulado *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, reafirmando que crianças, adolescentes e jovens com e sem deficiência têm o direito de estudarem no ensino regular. Nesse ano, também foi homologado o Decreto nº 5.296/04, que regulamentou as leis nº 10.048 e nº

10.098, de 2000, o qual estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além dessas políticas públicas, também citamos a Implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), de 2005, em todos os estados e no Distrito Federal; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, em 2006; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio do Decreto nº 6.094, de 2007; o Decreto nº 6.571, de 2008, a fim de sustentar a política denominada de “Educação Inclusiva” e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada em 2008 pelo Governo Federal; a Resolução nº 4, de 2009, que Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Após os anos 2010, foram estabelecidas as seguintes políticas públicas no Brasil: A Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, que resultou na atualização do Plano Nacional de Educação (PNE), O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, de 2011; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 6 de julho de 2015; Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência “Viver sem Limite 2”, aprovado em 8 de maio de 2023.

Apesar de todas essas políticas públicas de inclusão, ainda esbarramos com preconceitos, formação inicial deficitária, falta de profissionais habilitados, entre outros. Nesse sentido, entendemos que os gestores, no nosso caso, das escolas da primeira infância, têm papel crucial, no que se refere à formação dos docentes que atuam diretamente com as crianças com deficiência, para que possam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos pequenos, levando em consideração seus ritmos e especificidades. Para isso, eles [os gestores] precisam estar a par da legislação ora apresentada e ter formação específica, a fim de que possam instrumentalizar os professores para uma prática pedagógica que atenda a todos.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de teses e dissertações sobre a gestão escolar e o atendimento educacional especializado (AEE) na educação infantil, publicados nos últimos quatro anos (2020-2023). Vale lembrar que, nesse período e até a submissão deste texto, não encontramos nenhum artigo publicado no *Scielo*, nem dissertações e teses na área da educação sobre essa temática, defendidas no ano de 2024.

2 TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE GESTÃO ESCOLAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2020-2023)

A fim de coletarmos os estudos produzidos sobre a gestão escolar e o atendimento educacional especializado, fizemos uma busca nas plataformas *Scientific Electronic Library (Scielo)* e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), somente na área da educação, no período temporal de 2020-2023. Foram utilizados os seguintes trios de descritores: educação infantil, educação inclusiva, formação continuada; educação infantil, educação inclusiva; gestão escolar. Nessa busca, encontramos 9 estudos, sendo 7 dissertações, 2 teses e nenhum artigo, indicados no quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações e teses que abordam a gestão escolar e o atendimento educacional especializado na educação infantil

	AUTOR/A	TÍTULO	ANO	MODALIDADE	UNIVERSIDADE
1	AMORIM, Gabriely Cabestré	Proposta de um modelo de Gestão Participativa: subsídios para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil	2020	Tese	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
2	ALMEIDA, Carla Moura Morais	Práticas pedagógicas inclusivas: diálogos entre Gestão Educacional e Pedagogia Inaciana	2021	Dissertação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
3	REZENDE, Ana Mayra Samuel da Silva	Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: políticas e práticas da gestão educacional municipal	2021	Tese	Universidade Estadual Paulista (UNESP)

4	SANTOS, Cristiane Sousa	A gestão escolar e o processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil: um estudo no município de Feira de Santana – BA	2021	Dissertação	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
5	SOUTO, Márcia Jerônimo de	Cultura escolar e inclusão na Educação Infantil: um estudo em uma escola de aplicação	2021	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
6	RODRIGUES, Leiliane Soares	As ações de formação continuada de professores da Educação Infantil, na perspectiva da inclusão, na rede municipal de ensino de Uberlândia, de 2008 a 2020	2022	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
7	ALMEIDA, Tarcísio Mendel	Gestão escolar e seus impactos na educação inclusiva	2022	Dissertação	Universidade Federal Fluminense (UFF)
8	SOUZA, Pedro Vinicius Barreto	Efetivação da educação inclusiva para estudantes com deficiência: ações-reflexões da gestão escolar.	2023	Dissertação	Universidade Estadual de Goiás (UEG)
9	REIS, Renata Lima Durães	A gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva: um estudo sobre o acesso e a permanência de crianças com deficiência na Educação Infantil	2023	Dissertação	Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Amorim (2020), na sua tese intitulada *Proposta de um modelo de gestão participativa: subsídios para o atendimento educacional especializado na Educação Infantil*, aponta que o atendimento educacional especializado (AEE), é um serviço oferecido pela educação especial, que segue as diretrizes básicas da legislação e se adapta às realidades dos municípios. A proposta é centrada na inclusão educacional, destacando a importância da articulação e ações colaborativas entre professores das classes comuns, professores especialistas e a gestão escolar. O enfoque é pensar no atendimento por meio de uma gestão integral e participativa, com foco na educação infantil e na estrutura organizacional do município. A pesquisa, de natureza descritiva, do tipo estudo de caso, foi realizada em um município do interior paulista, envolvendo 71 profissionais. Os dados foram coletados por meio de entrevistas

semiestruturadas, com os relatos verbais gravados e transcritos para análise de conteúdo, utilizando a técnica do discurso do sujeito coletivo. De acordo com o desenvolvimento da investigação, a tese de Amorim traz grande relevância e importância de uma gestão escolar colaborativa que promova a inclusão educacional, por meio de práticas flexíveis e colaborativas, garantindo um atendimento educacional especializado que contemple as necessidades e condições de acesso e permanência para o público-alvo da educação especial.

Almeida (2021), em sua dissertação intitulada *Práticas pedagógicas inclusivas: diálogos entre Gestão Educacional e Pedagogia Inaciana*, tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental em um dos colégios da Rede Jesuíta de Educação (RJE), à luz da Pedagogia Inaciana. O estudo discute as propostas implementadas a partir da perspectiva da gestão educacional, reconhecendo que esta área é fundamental para subsidiar práticas organizadas, com a finalidade de incluir todas as crianças. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com o método de estudo de caso múltiplo, envolvendo três instituições pertencentes à RJE. Para a produção de dados, foram empregadas a análise documental, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. Os documentos fornecidos pelos colégios foram analisados, para identificar as práticas pedagógicas inclusivas já implementadas. Foram entrevistados 14 gestores, incluindo a direção, acadêmicos, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e coordenadores de núcleos de inclusão e atendimento educacional especializado. Além disso, 14 professores do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental participaram das rodas de conversa, contribuindo com suas avaliações sobre as práticas pedagógicas inclusivas em seus colégios. A análise dos documentos e das narrativas revelou que as práticas pedagógicas inclusivas nos colégios estão fundamentadas nas políticas nacionais e na Pedagogia Inaciana, que é o arcabouço teórico que sustenta as práticas dessas instituições.

Rezende (2021), em sua tese intitulada *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: políticas e práticas da gestão educacional municipal*, abordou a construção de uma Deliberação sobre o Sistema Educacional Inclusivo e a resignificação das práticas necessárias para implementá-lo. A tese

desenvolvida parte da premissa de que a execução de uma política específica para a educação especial e inclusiva, juntamente com a formação colaborativa de gestores educacionais, segundo a abordagem CCS e o ciclo de políticas, pode levar à construção de um sistema educacional inclusivo. O objetivo principal foi analisar o processo de elaboração da Deliberação do Conselho Municipal de Educação (CME) sobre o Sistema Educacional Inclusivo em um município de pequeno porte no interior do oeste paulista. A pesquisa investigou como essa política pública contribui para a construção de um sistema educacional inclusivo, por meio da formação colaborativa dos gestores. O estudo se baseou nas abordagens teórico-metodológicas do ciclo de políticas, conforme Ball, e da abordagem construcionista, contextualizada e significativa, desenvolvida por Schlünzen.

Santos (2021), na sua dissertação intitulada *A gestão escolar e o processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil: um estudo no município de Feira de Santana – BA*, convida-nos a refletir sobre a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A autora destaca que, nos últimos anos, houve um aumento significativo nas matrículas de crianças de 0 a 5 anos, público-alvo da educação especial, em escolas regulares. Esse crescimento ressalta o papel crucial da equipe gestora no processo de inclusão, abrangendo tanto aspectos administrativos quanto pedagógicos. Reconhecendo a importância da atuação da equipe gestora nas escolas de educação infantil, a presente pesquisa buscou compreender o papel dessa equipe no processo de inclusão de crianças com deficiência, focando no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil em Feira de Santana/BA. A abordagem metodológica foi qualitativa, utilizando estudo de caso, questionários e entrevistas semiestruturadas para a produção de dados. A partir dos dados coletados, foram estabelecidas categorias sobre o processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na educação infantil e sobre o papel e as ações desenvolvidas pela gestão escolar para promover essa inclusão.

Souto (2021), em sua dissertação intitulada *Cultura escolar e inclusão na Educação Infantil: um estudo em uma escola de aplicação*, investiga a cultura

escolar, destacando como ela é expressa no cotidiano pedagógico e como reflete os saberes explícitos e implícitos dos membros da comunidade escolar. A pesquisa foca nas concepções de docentes e gestores sobre as práticas inclusivas no Núcleo de Educação Infantil (NEI), uma unidade escolar vinculada ao Centro de Educação (CE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O estudo, de caráter descritivo, exploratório e qualitativo, utiliza a história oral temática. Participaram oito professores e um representante da gestão, que foram entrevistados por videoconferência. A análise de conteúdo das entrevistas identificou cinco categorias principais, todas voltadas para a promoção de uma escola inclusiva. A pesquisa revelou que a pandemia trouxe diversos desafios para a educação infantil, destacando, para as professoras, a necessidade de um olhar mais atento para identificar as necessidades educativas especiais, intensificadas pelo contexto da Covid-19. As concepções dos docentes e gestores sobre a cultura escolar inclusiva são baseadas em normativas institucionais e referenciais educacionais. Em conclusão, a escola se mostra comprometida com a inclusão de maneira transversal, evidenciada por meio de políticas curriculares e práticas pedagógicas. A pesquisa de Souto destaca, também, a importância de práticas pedagógicas inclusivas, que são fundamentais para uma cultura escolar que acolha e atenda às necessidades de todos os alunos, especialmente em tempos de crise.

Rodrigues (2022), na sua dissertação intitulada *As ações de formação continuada de professores da Educação Infantil, na perspectiva da inclusão, na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia, de 2008 a 2020*, destaca a importância do atendimento às crianças pequenas, público-alvo da educação especial, acolhendo suas diferenças e potencialidades dentro das instituições comuns de ensino. Ela também aborda a necessidade da formação continuada, especialmente no contexto da Rede Municipal de Educação (RME) de Uberlândia, no período de 2008 a 2020, com foco na educação inclusiva. O estudo, de abordagem qualitativa e exploratória, é realizado por meio de pesquisa biográfica. Este trabalho é relevante para refletir sobre a importância da formação continuada oferecida aos profissionais, como uma medida significativa para promover a educação inclusiva na educação infantil.

Almeida (2022), em sua dissertação intitulada *Gestão escolar e seus impactos na educação inclusiva*, apresenta reflexões sobre a gestão escolar, a partir de uma perspectiva não medicalizante e seus impactos no cotidiano das escolas. As discussões basearam-se em estudos sobre gestão escolar e interdisciplinaridade, com revisão da literatura na plataforma *Google Acadêmico*, além de rodas de conversa e entrevistas realizadas com gestores escolares, tanto presencialmente quanto virtualmente. A pesquisa adotou a abordagem do “aprendiz de cartógrafo”, fomentando espaços de diálogo no cotidiano escolar. O objetivo foi promover a comunicação entre gestores e suas equipes, discutindo a importância do acolhimento na educação inclusiva e explorando possibilidades de intervenção no cotidiano escolar, além de evitar o encaminhamento de problemas de aprendizagem exclusivamente para profissionais de saúde, em busca de diagnósticos. A pesquisa procurou compreender como o protagonismo dos gestores escolares pode desafiar a lógica dominante da medicalização da aprendizagem e evitar rótulos estigmatizantes para estudantes com deficiência e outras vulnerabilidades. Como metodologia, utilizou rodas de conversa virtuais e entrevistas, adotando uma abordagem cartográfica para intervir na realidade, compreender as tensões e subjetividades presentes, e entender os possíveis papéis da gestão escolar. Os participantes da pesquisa foram gestores das escolas municipais de Santo Antônio de Pádua/RJ.

Souza (2023), em sua dissertação intitulada *Efetivação da educação inclusiva para estudantes com deficiência: ações-reflexões da gestão escolar*, explora como a gestão escolar pode efetivar a educação inclusiva para estudantes com deficiência. Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar o papel da gestão escolar na implementação de práticas educativas inclusivas, e como objetivos específicos: identificar o papel da gestão escolar na construção e consolidação de uma educação inclusiva; avaliar o plano de gestão escolar voltado para a inclusão de estudantes com deficiência; conhecer as ações, procedimentos, materiais pedagógicos e perspectivas sobre a educação inclusiva na unidade escolar; analisar como os gestores escolares viabilizam o processo de inclusão para estudantes com deficiência.

A dissertação de Reis (2023), denominada “A gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva: um estudo sobre o acesso e a permanência de crianças com deficiência na Educação Infantil”, traz uma reflexão sobre a elaboração e a implementação de ações de intervenção que visam a organizar e aprimorar as práticas de gestão educacional, com o foco na formação de gestores educacionais no contexto da educação especial, sob a perspectiva da educação inclusiva. A pesquisa tem como objetivo geral elaborar uma proposta de intervenção para a formação de gestores educacionais, baseada na identificação dos desafios e necessidades da equipe gestora em relação à educação especial na perspectiva inclusiva, visando garantir o acesso e a permanência de bebês e crianças com deficiência em instituições de Educação Infantil.

A metodologia utilizada para esta pesquisa inclui observação qualitativa, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva e entrevistas semiestruturadas com o grupo gestor do Colégio Municipal Boas Novas, na cidade de Israelândia/GO. As entrevistas envolveram diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e coordenadores de atendimento educacional especializado (AEE), permitindo identificar as perspectivas e experiências de diferentes membros do corpo gestor. Por meio dessa abordagem, buscou-se captar não apenas os processos formais de gestão, mas também os desafios, as estratégias e as percepções que impactam diretamente a organização do trabalho pedagógico e o atendimento às necessidades educacionais especiais. Esses dados forneceram uma base rica para análise e discussão, contribuindo para o desenvolvimento de propostas mais alinhadas às demandas institucionais e comunitárias.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS ESTUDOS

Os resultados da pesquisa de Amorim (2020) revelaram problemas no atendimento do AEE, relacionados à estrutura organizacional. Foi verificada a importância do papel do gestor escolar em promover a flexibilidade na atuação dos profissionais e buscar soluções para problemas específicos, utilizando sua

autonomia para praticar uma gestão participativa, de acordo com as demandas do território. A pesquisa apresentou modelos que podem ser adaptados conforme as polaridades do contexto, orientando sobre como conduzir e promover uma colaboração dialógica de toda a comunidade educativa.

Os achados da pesquisa de Almeida (2021) indicam um diálogo entre as práticas pedagógicas inclusivas e a Pedagogia Inaciana, demonstrando que, para que esse diálogo seja cada vez mais efetivo, é necessário construir uma nova cultura escolar inclusiva. Isso envolve a busca por novas formas de interação com os alunos e uma gestão educacional que apoie a organização de práticas pedagógicas inclusivas e políticas institucionais para o acolhimento desses alunos. Além disso, é essencial que os professores recebam suporte para implementar novas práticas pedagógicas e participem de formação profissional contínua. A autora destaca, como propostas de intervenção, a criação de grupos de trabalho, tanto nas instituições quanto na rede de colégios, para discutir e organizar diretrizes que orientem o trabalho pedagógico inclusivo. A pesquisa considerou a troca de experiências exitosas entre os colégios, destacada como uma estratégia importante para aprimorar as práticas pedagógicas inclusivas, tornando a Pedagogia Inaciana e a gestão educacional mais efetivas e inclusivas.

Rezende (2021) adverte que todo o processo incluiu: o estudo e a compreensão das políticas públicas educacionais sobre educação especial e inclusiva, que representam influências globais; o mapeamento e a reflexão sobre a realidade educacional do município investigado e as ações referentes à inclusão escolar; a produção e divulgação do texto deliberativo entre os participantes; a execução das ações para atender ao texto produzido; a análise por órgãos competentes; a ressignificação das práticas dos participantes como estratégias políticas para atender às demandas emergentes; o acompanhamento da pesquisadora por meio de processos colaborativos digitais; e a promoção de autonomia e independência para enfrentar as necessidades e desafios encontrados. Os participantes estiveram imersos em um processo colaborativo de formação, buscando aprimorar suas estratégias políticas e ressignificar suas práticas continuamente. Tais ações favoreceram o

desenvolvimento dos participantes. Surgiu o hábito de refletir e buscar conhecimento sobre os desafios da inclusão escolar, trabalhando com suas possibilidades para criar um ambiente de aprendizagem significativa e inclusiva para os alunos da educação especial.

A pesquisa de Santos (2021) indicou a necessidade de investir na oferta de formação continuada e no exercício dos profissionais, na ampliação da acessibilidade e na garantia de materiais adequados, visando combater as barreiras para que a inclusão ocorra de fato. A autora concluiu que a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil apresenta muitos desafios, especialmente para a equipe gestora. Para promover uma escola inclusiva, é fundamental ter um olhar atento à formação continuada de todos os profissionais da unidade, além de estabelecer uma parceria sólida com as famílias, garantindo acesso e permanência das crianças. Afirma que a colaboração das redes intersetoriais também é essencial para o desenvolvimento da autonomia e aprendizagem das crianças que são público-alvo da educação especial.

A pesquisa de Souto (2021) revelou, por meio do levantamento de legislações educacionais e documentos internos, que, embora houvesse propostas de formação continuada para os profissionais da educação infantil da Rede Municipal, apenas uma proposta foi destacada entre os anos de 2008 e 2020. Essa situação indica dificuldades na articulação das atividades formativas entre professoras das classes comuns e aquelas do atendimento educacional especializado, essencial para promover a inclusão de todas as crianças nas instituições de educação infantil. A autora ressalta a necessidade urgente de construir políticas públicas e realizar novas pesquisas para alcançar e atender adequadamente o público-alvo da educação especial, contribuindo para toda a sociedade.

Rodrigues (2022) argumenta que a consolidação de escolas e ambientes verdadeiramente inclusivos, que promovam o acesso, a permanência e uma aprendizagem significativa para todos, é essencial. Isso não apenas beneficiaria as crianças com deficiência, mas também ajudaria a criar uma sociedade mais justa e equitativa. Indica a necessidade de uma educação que valorize a pluralidade da vida e clame por gestores comprometidos com a ressignificação

das escolas. O objetivo principal deve ser a atenção e o cuidado com a subjetividade de cada indivíduo no ambiente escolar, promovendo acolhimento e aprendizagem, por meio de uma gestão escolar inclusiva e equitativa.

O estudo de Almeida (2022) mostrou a importância de uma gestão escolar que promova a inclusão, envolvendo todas as pessoas, independentemente de suas especificidades. Souza (2023) reflete sobre as concepções de gestão escolar, gestão democrática e educação inclusiva, enfatizando o papel crucial dos gestores na implementação de práticas educativas que desenvolvam uma escola inclusiva. A autora ressalta que o papel do gestor vai além das tarefas administrativas, assumindo uma dimensão transformadora, em que a construção de uma escola inclusiva requer não apenas a implementação de políticas mas também o fortalecimento de uma cultura de acolhimento e respeito à diversidade.

A gestão escolar inclusiva, segundo Souza (2023), é um processo que demanda intencionalidade, escuta ativa e articulação constante entre os diferentes atores da comunidade escolar, incluindo professores, estudantes, famílias e a comunidade local. É por meio de uma abordagem democrática e colaborativa que os gestores podem superar barreiras estruturais e atitudinais, consolidando práticas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. A autora conclui que, ao liderar com foco na inclusão, os gestores tornam-se agentes de mudança, promovendo não apenas uma educação mais justa e equitativa, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária e plural.

Os resultados da pesquisa de Reis (2023) revelaram que a equipe gestora desempenha um papel central na promoção de ambientes escolares inclusivos, na implementação de políticas inclusivas e no apoio às práticas pedagógicas adaptadas, e, portanto, é fundamental que essa equipe receba formação adequada para compreender as complexidades da inclusão e desenvolver as habilidades necessárias para liderar escolas inclusivas de maneira eficaz. A autora também destaca a importância da formação contínua de gestores e professores, contribuindo para uma educação mais equitativa e de qualidade, trazendo não apenas benefícios para crianças com deficiência, mas também

contribuições para construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de participar plenamente da educação e da vida social.

Todos os autores apontam que a gestão escolar tem papel fundamental diante do atendimento educacional especializado, porém esses profissionais têm de ter conhecimento específico sobre a temática, para que possam instrumentalizar, da melhor forma possível, os docentes, a fim de que estes, por meio de suas ações, promovam o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças com deficiência. Para tal, a formação dos gestores precisa ser adequada, envolvendo os documentos federais que regem a educação inclusiva, além das ideias de pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

A troca de conhecimentos, por meio do diálogo e da participação nos momentos formativos também é fundamental, pois cada profissional pode colaborar com suas *expertises*, experiências e saberes adquiridos em sua formação e no fazer cotidiano. É imprescindível ter em mente que as crianças são únicas e que irão responder de formas distintas ao que lhes for proposto. Assim, todos os profissionais da escola, principalmente os que trabalham diretamente com as crianças com deficiência, devem estar envolvidos em prol de uma educação inclusiva que realmente inclua a todos.

Os trabalhos analisados destacam a educação inclusiva como uma abordagem que busca implementar uma educação inovadora, capaz de promover na criança o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e qualidades humanas.

Tais resultados nos levam a refletir sobre a importância de uma compreensão profunda das particularidades de cada deficiência, destacando a necessidade de que os docentes ajustem suas expectativas e intervenções pedagógicas de forma eficaz. Esse entendimento é essencial para garantir que as crianças com deficiência recebam o apoio adequado em seu processo de desenvolvimento. Caso contrário, o risco de estabelecer metas irreais ou aplicar práticas inadequadas se torna elevado, o que pode comprometer significativamente o progresso dessas crianças. A educação inclusiva exige mais do que boas intenções; ela demanda conhecimento, sensibilidade e

acessibilidade constante das práticas pedagógicas às necessidades individuais de cada criança.

Ademais, a verdadeira inclusão só pode ser alcançada por meio de um atendimento que não apenas supere as dificuldades, mas, sobretudo, atenda às necessidades individuais de cada criança. Nesse contexto, o conceito de atendimento educacional especializado surge como uma estratégia essencial para garantir que as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação recebam o apoio necessário para participar plenamente do ambiente escolar. O AEE busca identificar e atender as necessidades específicas desses alunos, promovendo adaptações curriculares, além de oferecer recursos e estratégias pedagógicas que assegurem seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional, sempre respeitando suas particularidades e potencialidades. Dessa forma, o AEE visa criar condições para que todos tenham acesso a uma educação equitativa e de qualidade, garantindo sua inclusão de forma efetiva e integral.

Os resultados dos estudos reforçam a urgência de que os gestores se tornem agentes de transformação, potencializando suas equipes para a construção de uma escola que realmente acolha a todos, não apenas no âmbito da legislação, mas no cotidiano das práticas pedagógicas e na relação com a comunidade escolar.

Por fim, há de se considerar, observar e ouvir aqueles que vivenciam o cotidiano escolar, pois somente por essa escuta atenta e sensível é possível identificar as reais necessidades e preocupações de todos os envolvidos.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo apresentar os resultados de teses e dissertações sobre a gestão escolar e o atendimento educacional especializado na educação infantil, publicadas nos últimos cinco anos (2020-2023), pois entendemos que a formação oferecida em serviço, por parte da gestão, é fundamental para que os docentes entendam seu papel diante da criança com deficiência e suas especificidades.

São muitas as leis, os decretos e demais documentos que respaldam os pequenos, porém, como apontam as pesquisas elencadas, os gestores escolares têm de ter conhecimento específico sobre a temática – o que nem sempre acontece –, para que eles possam respaldar os docentes no trabalho cotidiano. A troca de saberes, por meio do diálogo, é imprescindível, bem como o conhecimento das deficiências, a fim de que o docente saiba o que pode ou não esperar de cada criança, levando em consideração as suas especificidades.

Apesar da existência de uma vasta legislação, composta por leis, decretos e documentos normativos que garantem os direitos das crianças com deficiência, o conhecimento específico dos gestores sobre essa temática ainda é insuficiente. Esse de conhecimento por parte dos professores compromete a capacidade de fornecer apoio efetivo aos docentes em suas práticas diárias, o que pode impactar diretamente a qualidade do atendimento oferecido às crianças. A gestão escolar tem a responsabilidade de promover um ambiente de diálogo aberto e de troca de saberes entre gestores, professores e equipes de apoio, facilitando a construção de práticas pedagógicas inclusivas com toda comunidade educativa, a família e a rede intersetorial, para assim proporcionar melhor atendimento no viés da aprendizagem de todas as crianças.

Embora o Brasil tenha avançado significativamente na criação de políticas públicas e na elaboração de uma legislação inclusiva, há ainda um longo caminho a percorrer para que essas políticas sejam implementadas de maneira eficaz no dia a dia das escolas de educação infantil. A verdadeira inclusão vai além de garantias legais; ela exige um acolhimento integral das crianças e de suas famílias, proporcionando não apenas um ambiente educacional que respeite suas particularidades, mas também oferecendo o suporte necessário para essas famílias. Eles também precisam de orientação para que compreendam e colaborem no processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos.

Frente à discussão empreendida aqui, além do cumprimento da legislação, é essencial que as escolas adotem uma gestão escolar democrática e comprometida com a inclusão, promovendo a formação contínua e o apoio necessário aos docentes. Somente assim será possível garantir que todas as

crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão verdadeira passa pela criação de uma cultura escolar de respeito, equidade e diálogo, que abrace a diversidade como um valor central da prática educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. M. **Práticas pedagógicas inclusivas: diálogos entre Gestão Educacional e Pedagogia Inaciana**. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

ALMEIDA, T. M. **Gestão escolar e seus impactos na educação inclusiva**. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2022.

AMORIM, G. C. **Proposta de um modelo de Gestão Participativa: subsídios para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil**. 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109697/decreto-3298-99>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: Presidência da

República, 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm.
Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação 2010**. Construindo o sistema nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: CNE/CP, 2002. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação.** Brasília, DF: MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.** Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial** na perspectiva da educação inclusiva. Brasília DF: MEC/Seesp, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.** Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programa-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Novo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver Sem Limite 2.** Brasília, DF: MDHC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoacomDeficinciaNovoViverSemLimite.pdf>. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver Sem Limite.** Brasília, DF: SDH, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; FUNDAÇÃO PROCURADOR PEDRO JORGE DE MELO E SILVA (org.). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/faae6e9d-4091-4519-8200-49e349a695ba/content>. Acesso em: 4 out. 2024.

REIS, Renata Lima Durães. **A gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva**: um estudo sobre o acesso e a permanência de crianças com deficiência na Educação Infantil. Orientadora: Profa. Dra. Ida Carneiro Martins. 2023. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais) – Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. 2023.

REZENDE, A. M. S. da S. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva**: políticas e práticas da gestão educacional municipal. 2021. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

RODRIGUES, L. S. **As ações de formação continuada de professores da Educação Infantil, na perspectiva da inclusão, na rede municipal de ensino de Uberlândia de 2008 a 2020**. 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SANTOS, C. S. **A gestão escolar e o processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil**: um estudo no município de Feira de Santana – BA. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021.

SOUTO, M. J. de. **Cultura escolar e inclusão na Educação Infantil**: um estudo em uma escola de aplicação. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SOUZA, P. V. B. **Efetivação da educação inclusiva para estudantes com deficiência**: ações-reflexões da gestão escolar. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Luziânia, 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/13104>. Acesso em: 3 out. 2024.